

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Notas	2
Título: Brasil se candidata para sediar Conferência do Clima de 2019	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Acordo pode levar à alta de royalties na mineração para 3% em vez de 4%	4
Título: Petrobras questiona fundos por arbitragem	4
Título: Sob Trump, EUA aglutinam na COP defensores de combustíveis fósseis.....	5
Título: Brasil quer hospedar a COP-25 em 2019	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Protesto contra combustível caro chega ao DF	8
Título: DF na onda do carro elétrico	9
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: União estuda negociar em bolsa petróleo recebido no regime de partilha do pré-sal	12
Título: Não se assustem com dados fiscais de outubro	13
Título: Carro elétrico aumentará demanda por metais da AL	16
Título: Venezuela reescalona dívida de US\$ 3 bi com a Rússia e ganha fôlego	18
Título: Destaques	20
Título: Dívida elevada é ainda o principal entrave da Cemig.....	21
Título: Eletrobras vai cortar mais investimentos	22
Título: Rockwell já vê retomada de alguns setores no Brasil.....	24
Título: Petrobras avança em acordo com governo	25

Título: Queda do petróleo pressiona Wall Street 26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Embarque imediato

Uma comitiva da gigante chinesa CNPC é esperada, ainda este mês, no Rio. Com isso, devem avançar nas negociações de uma parceria com a Petrobras para tocar as obras do Comperj, paralisadas depois da Lava-Jato. A CNPC já integra um consórcio para explorar o bloco de Peroba com a Petrobras.

Uma boa causa de Furnas

A privatização não deveria inibir boas iniciativas no âmbito das estatais. Por exemplo: dentre as condições de investimento econômico, financeiro e social a serem atendidas no leilão de privatização de Furnas, deveria estar a manutenção e ampliação do contrato que emprega mais de 200 pessoas com deficiência.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Sociedade

Autor: Sérgio Matsuura

Título: Brasil se candidata para sediar Conferência do Clima de 2019

País é criticado por propor subsídios de R\$ 1 trilhão ao petróleo

Em meio a críticas de ONGs e ativistas sobre as políticas ambientais, o governo brasileiro apresentou ontem, em Bonn, na Alemanha, sua candidatura para receber a 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP25), que será realizada em novembro de 2019. Ainda não existem detalhes sobre a proposta, como a indicação da cidade-sede. O resultado deve ser anunciado até amanhã, último dia da edição deste ano do evento.

“A COP25 será um marco importante na preparação para a implementação do Acordo de Paris, e o Brasil tem o prazer de se disponibilizar para sediar este importante evento” afirmou, em nota, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, após apresentar a candidatura brasileira.

Poucas horas depois da apresentação da candidatura, no entanto, o Brasil recebeu o “prêmio” Fóssil do Dia, oferecido pela organização Climate Action Network para países que atrapalham o progresso das negociações ou que se afastam do cumprimento das metas para conter o aquecimento global. O motivo da “premiação” foi a Medida Provisória (MP) 795/2017, apresentada em agosto pelo presidente Michel Temer, que prevê a concessão de incentivos para a exploração do pré-sal.

— O prêmio Fóssil do Dia vai para o Brasil por propor uma lei que concede às companhias petrolíferas US\$ 300 bilhões em subsídios para perfurações em reservas offshore — disse o apresentador da premiação. — O Brasil, gigante verde da América do Sul, terra dos biocombustíveis, é a nova vítima da febre do óleo.

18% DAS EMISSÕES ATÉ 2100

O número está numa análise da assessoria legislativa da Câmara dos Deputados, que previu subsídios de R\$ 1 trilhão ao longo de 25 anos. A MP aguarda para ser votada pelo Congresso, após ser aprovada em comissão mista. Estimativas indicam que o pré-sal tem reservas de 176 bilhões de barris de petróleo recuperáveis. A queima desse combustível representaria 18% de todo o carbono que a Humanidade pode emitir até 2100 para manter o aquecimento do planeta abaixo de 1,5 grau Celsius, como proposto pelo Acordo de Paris.

Para o secretário-executivo do Observatório do Clima, Carlos Rittl, a MP mostra que o governo Temer está na contramão do mundo. Países como França, Alemanha, Reino Unido e Índia já anunciaram que irão banir a circulação de veículos a combustão nas próximas décadas, enquanto o Brasil se compromete com incentivos fiscais para o setor de exploração de combustíveis fósseis. — A gente está num momento de transição acelerada de eliminação progressiva do carbono da matriz energética. Pensar que em 2040 o Brasil ainda vai estar queimando petróleo numa escala gigantesca é assustador — comentou Rittl. — É quase sarcástico que essa MP possa ser votada no momento em que estamos em Bonn, reunidos tentando resolver o problema.

Por essa e outras políticas internas, Rittl se disse surpreso com a candidatura brasileira para sediar a COP25. — Ao longo desta COP, contradições e retrocessos nas políticas climáticas brasileiras foram expostos. Então, o anúncio acaba sendo uma surpresa, porque o Brasil poderia se sentir constrangido —

analisou. — Mas a notícia é boa, pode ser uma oportunidade de dizer ao mundo que não somos um problema para o clima global.

O Ministério do Meio Ambiente não respondeu ao pedido de entrevista sobre as críticas e o “prêmio” Fóssil do Dia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Acordo pode levar à alta de royalties na mineração para 3% em vez de 4%

Mercado Aberto

Executivos do setor de mineração ouvidos pela coluna afirmam que as negociações em curso podem levar a um acordo que viabilize o aumento dos royalties do minério de ferro para uma alíquota fixa de 3°/o.

Esse percentual é visto como um meio termo, afirma um executivo de uma empresa. Um acordo de alta de 3% é melhor que 4%, mas aumento de imposto nessa altura é ruim, diz outro executivo, ao ressaltar a relevância do setor.

Para ele, entre o Brasil e a Austrália, a China, maior importadora do metal, preferirá o concorrente mais próximo e de preço menor.

Ao alterar a medida provisória de julho, o Congresso Nacional fixou em 4% a alíquota sobre o metal, por pressão de municípios com atividade mineradora em Minas Geras e Pará.

A MP 789, que expira no próximo dia 28, havia aumentado os royalties, de forma progressiva, conforme os preços internacionais do minério. A alíquota, que hoje é de 2% sobre a extração do metal, manteria esse patamar quando o preço da commodity ficasse abaixo de US\$ 60 (R\$ 198) a tonelada, e poderia chegar a 4%, com o valor acima de US\$ 100 (R\$ 331).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras questiona fundos por arbitragem

Da REUTERS- A Petrobras questionou na noite de terça-feira (14) o pedido realizado pelos fundos de pensão dos funcionários da petroleira e do Banco do Brasil para instauração de arbitragem na Bolsa paulista B3, na busca por reparação por perdas com os papéis da estatal.

Em comunicado, a Petrobras confirmou que foi notificada sobre o pedido da Petros e da Previ e da intenção da Funcef (fundo de pensão dos funcionários da Caixa) de participar da arbitragem instaurada por pessoas físicas e um reduzido grupo de pessoas jurídicas. "A Petrobras reitera que a legislação não respalda essa iniciativa e se defenderá para garantir seus interesses e de seus acionistas." A arbitragem busca reparações a investidores que tinham papéis da Petrobras entre janeiro de 2010 e julho de 2015, período em que eles alegam que a companhia teria divulgado informações falsas aos acionistas, em meio ao escândalo de corrupção investigado na Operação Lava Jato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: ANA CAROLINA AMARAL COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Título: Sob Trump, EUA aglutinam na COP defensores de combustíveis fósseis

Único evento promovido pela delegação oficial do país exaltou fontes de energia poluidoras

É a primeira reunião global para discutir o clima desde que o país anunciou que deixará o Acordo de Paris

O suspense sobre a participação dos EUA na Conferência do Clima da ONU deu lugar ao espanto nesta semana, quando o país deixou claro seu suporte aos combustíveis fósseis no único evento promovido pela delegação oficial, na última segunda (13).

Até então, a expectativa sobre a participação americana nas negociações climáticas se dividiam entre o receio de um possível bloqueio de agendas e a aposta na discrição dos diplomatas. É a primeira vez que os países se reúnem para discutir o clima desde que o presidente Donald Trump anunciou que o país deixaria o Acordo de Paris, em junho.

O painel "O papel de combustíveis fósseis mais eficientes e da energia nuclear na mitigação climática" reuniu representantes do governo Trump e executivos de empresas de gás natural, carvão e engenharia nuclear.

Sem rodeios, defendeu-se abertamente no evento que os países não deixem de investir nessas fontes de energia, sob argumentos como o baixo custo, a ampliação do acesso e a segurança energética.

Em uma sala para apenas 200 pessoas em uma Conferência de mais de 20 mil participantes, o evento chegou a sair da programação oficial, mudou de local e causou filas e tumultos à porta.

Do lado de dentro da sala, a tensão e o receio dominavam as expressões dos presentes. As apresentações foram recebidas com vaia, risadas, protestos e comentários hostis, enquanto as perguntas do público eram aplaudidas com vigor. "Não existe carvão limpo!", interrompia um estudante na plateia quando o termo "carvão mais limpo" era usado no palco.

"Sim, vamos financiar combustíveis fósseis nos países em desenvolvimento", disse Barry Worthington, diretor da Associação de Energia dos EUA, confirmando os rumores sobre o interesse americano em transferir tecnologia de carvão para países em desenvolvimento.

Representante da carvoeira Peabody, a engenheira Holly Krutka defendeu no evento americano que a implementação do Acordo de Paris equilibre o investimento entre energias fóssil e renovável. "A Austrália é um bom exemplo de equilíbrio por investir em ambos", citou.

O ministro do Meio Ambiente da Austrália, Josh Frydenberg, confirmou à reportagem que o país defende investimentos em combustíveis fósseis, porque "fornecem estabilidade à matriz energética", justifica, com ressalvas. Questionado se o país se aproxima da posição americana ao defender a participação do setor de fósseis no Acordo de Paris, o ministro não nega. "Deixo para sua interpretação".

Com a meta de zerar as emissões de carbono até 2050 para manter a média do aquecimento global abaixo dos 2°C, o Acordo de Paris desafia frontalmente o setor dos combustíveis fósseis, cujo lobby, no entanto, tinha presença discreta nas negociações do clima, por meio de associações e fundações mantidas pelo setor.

O evento desta semana, no entanto, indica a investida do setor em uma participação explícita nas negociações. "Acho que todos precisam ter um lugar na mesa", defendeu Lenka Kollar, da nuclear NuScale Power, que ainda afirmou ser contra a saída dos EUA do Acordo de Paris. Worthington, da Associação de Energia, concordou com a permanência do país no Acordo. "Assim que a saída foi anunciada, publicamos nossa posição de que Trump deveria renegociar Paris."

DELEGAÇÃO ALTERNATIVA

"Como é uma administração nova, ainda não temos ações para mostrar, por isso não construímos nosso pavilhão na COP", justificou à reportagem o assessor do governo americano Francis Brooke. Pela primeira vez na história da conferência, o pavilhão nacional foi construído e operado por uma "delegação alternativa", formada por ONGs, universidades, empresas, parlamentares, governos estaduais e municipais dos EUA.

O espaço reúne uma programação que mostra como o país segue implementando suas ações climáticas a partir dos governos locais.

O ex-prefeito de Nova York Michael Bloomberg, o governador da Califórnia, Jerry Brown e o ex-governador Arnold Schwarzenegger participaram dos eventos lembrando a importância da aliança formada por 14 Estados e mais de 2.500 cidades americanas em defesa do Acordo de Paris — juntos, equivaleriam à terceira maior economia do mundo.

Embora o modelo federalista americano permita que os Estados avancem nas políticas climáticas a despeito do governo federal, o governador do Estado americano da Virgínia, Terry McAuliffe, respondeu à reportagem que se preocupa com a "enorme influência" de Donald Trump sobre a diminuição do orçamento para políticas relacionadas ao clima.

"Corte de fundos é nosso principal problema, além das mudanças nos impostos, que também podem ser devastadoras", apontou McAuliffe,. "Mas não vamos deixar que Trump traga os combustíveis fósseis de volta para a América", afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciência

Autor: EM BONN

Título: Brasil quer hospedar a COP-25 em 2019

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, anunciou na tarde desta quarta-feira (15) a candidatura brasileira para sediar a COP-25, que deve acontecer no final de 2019.

"O Brasil tem uma longa história de construção de pontes entre países, e espera continuar essa tradição", afirmou o ministro, que também gravou o anúncio em vídeo para o Twitter.

O Brasil foi o anfitrião da histórica "Rio 92", Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que inaugurou a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas, dando largada para a série de negociações entre os países sobre o clima. Vinte anos depois, em 2012 o Brasil hospedou a "Rio+20", cujas negociações levaram à agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Com a edição de 2018 prevista para ocorrer na Polônia, espera-se que um país da região da América Latina e Caribe sedie uma das próximas COPs do Clima.

Antes mesmo da candidatura a anfitrião da COP, o Brasil já chamava a atenção nesta quarta. A tramitação no Congresso da MP 795, que concede subsídios do setor de petróleo e gás em até R\$ 1 trilhão nos próximos vinte anos, levou a rede CAN, composta por 1.100 ONGs de 120 países, a eleger o Brasil para o prêmio "Fóssil do Dia".

Tradicional nas negociações climáticas desde 1999, o prêmio é entregue a países que andam contra o acordo climático —nas negociações ou nas políticas domésticas.

Durante a premiação, os representantes da CAN criticaram diretamente o presidente brasileiro, por ser responsável pela edição da MP. "A taxa de aprovação pública de Temer é de 3º/o, aproximadamente a mesma que a margem de erro das pesquisas". "O governo brasileiro parece estar totalmente ciente de que está cometendo uma falta", disseram, (aca)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Protesto contra combustível caro chega ao DF

O protesto de motoristas e consumidores em Goiânia e em outras cidades do interior de Goiás está desabastecendo os postos de combustíveis da região. Contra os preços cobrados, manifestantes bloquearam a saída das distribuidoras, evitando que os produtos cheguem aos revendedores. Segundo os organizadores, o movimento pode chegar hoje a Brasília, com o objetivo de impedir que gasolina, diesel e etanol saiam da Transpetro, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). Procuradas, a estatal e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal negam ter conhecimento do ato.

Em Brasília, o protesto está sendo organizado pelo Sindicato dos Transportes Escolares do Distrito Federal (Sintresc-DF), pelo Sindicato do Motociclista Profissional (Sindmoto-DF) e pelo Sindicato dos Trabalhadores Autônomos e

Mototaxis (Sindmototaxi-DF). O Correio tentou contato com as entidades, mas não obteve retorno.

O movimento está sendo convocado pelas redes sociais por meio de um flyer. “Venha. Grave seu vídeo. Poste nas redes sociais. Juntos somos fortes. Pelo DF. Pelo Brasil. Pelo povo”, comunica a imagem. O Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF) demonstrou preocupação com a possibilidade de o cenário se repetir na capital federal. Segundo Daniel Costa, presidente da entidade, caso haja bloqueio, o DF pode ficar desabastecido em 48 horas, a partir da meia noite de hoje. “A cidade estará desabastecida de gasolina, etanol e diesel”, afirmou. “Não concordamos com esse tipo de ato que prejudica a população, nem mesmo com o aumento de preços da forma que está ocorrendo pela Petrobras”, completou.

Goiânia

Em Goiás, os protestos começaram há quatro dias. Os manifestantes acusam os postos de prática de cartel, como a que perdurou no Distrito Federal por mais de três décadas. Com a distribuição bloqueada por motoristas, caminhoneiros e sindicatos, os consumidores encontram dificuldades em abastecer os carros. Os estabelecimentos que ainda têm combustíveis estão com longas filas. A gasolina na capital goiana chega a custar R\$ 4,99.

Ailton Oliveira, um dos manifestantes de Goiânia, declarou que a cidade tem a gasolina mais cara do Brasil e que nada justifica o valor cobrado. “O problema aqui é que o cartel tomou conta e obriga os postos a praticarem o aumento de preços. Gasolina e etanol são vendidos mais baratos em cidades próximas, com diferença de até R\$ 0,80. Em Brasília, que sempre foi mais cara, hoje vende o combustível, em média, R\$ 0,40 mais barato”, apontou.

A Procuradoria-Geral do Estado de Goiás entrou com uma ação civil pública contra os postos pela possível prática de cartel. Em Brasília, a gasolina varia de R\$ 3,99 e R\$ 4,14. A Petrobras informou que os preços são atrelados ao mercado internacional. Os postos declaram que os preços são ajustados de acordo com os reajustes nas refinarias da estatal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Cidades

Autor: Deborah Fortuna

Título: DF na onda do carro elétrico

O futuro já circula em cima de quatro rodas pelas ruas de Brasília. Silenciosos, modernos e sustentáveis, os carros elétricos são uma alternativa para reduzir a

emissão de gás carbônico produzido pelos veículos movidos à combustão. Em meio às notícias de crescimento populacional; aumento no valor dos combustíveis; e da frota de veículos, o modelo elétrico é uma alternativa para reduzir os danos ao meio ambiente.

Pensando nisso, o arquiteto Rogério Markiewicz, membro da Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei), optou pelo veículo sustentável há 13 meses. Ele é priorietário de uma BMW I3 100% elétrica. Em um aplicativo no celular, que conta a economia na emissão de poluentes, Rogério mostra que economizou 1,5 tonelada de CO² em pouco mais de 10 mil quilômetros rodados.

Além de não emitir gás, o carro também se propõe a ser um modelo ambientalmente mais correto por outros quesitos. Rogério diz que pelo menos 95% do automóvel é feito de material reciclável. “O banco é de tecido de garrafa pet, as portas são de fibra, o tecido é fibra natural”, diz.

Um dos entraves para a popularização dos carros elétricos é o preço. Alguns automóveis chegam a custar R\$ 200 mil. No DF, os mais comuns são os veículos híbridos e o híbrido plug-in (Leia em saiba mais). “O único empecilho ainda é o preço. Infelizmente, eles ainda não fazem nos modelos de carros baratos por causa dos impostos. Mas temos que incentivar e popularizar. Não é o futuro, é o presente”, opinou.

Rogério estima que a autonomia do carro chega a 160km. Para ele, isso significa rodar por dois dias. Depois disso, ele faz a recarga na tomada convencional de casa. “É como um celular”, explicou. Ele dorme, e deixa o veículo plugado na tomada. No dia seguinte, o “tanque” está cheio e ele pode usar pelo mesmo período. “Às vezes recarrega enquanto durmo, outras, enquanto faço compras, ou vou ao cinema. Eu não gasto tempo nenhum, diferente de quem tem que ir ao posto de gasolina, por exemplo”, afirmou.

Em uma tomada comum, o veículo pode estar pronto para uso em até 9h. Em um ponto de recarga semirrápida (encontrado em vias públicas), este tempo pode ser reduzido para 3h. Mas, em um carregador mais potente, 20 minutos bastam. “Infelizmente, este último ainda não existe em Brasília. Mas o semirrápido pode ser encontrado em frente ao Ministério de Minas e Energia, em alguns shoppings, no Lago Sul e no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21”, ensina Rogério.

Apesar de o custo de aquisição ainda ser maior do que o dos veículos convencionais, gasta-se menos com manutenção. Como não há peças essenciais em carros movidos à combustão, como vela, correias e óleo, os problemas são reduzidos. “Na revisão de 10 mil quilômetros que eu fiz, tivemos que trocar

apenas o filtro do ar- condicionado. Mas, antes, eu gastava R\$ 700 por mês com combustível. Hoje, eu gasto apenas R\$ 40 a mais de energia”, concluiu Rogério.

Segundo a Associação Brasileira dos Proprietários de Veículos Elétricos Inovadores (Abravei), os transportes são responsáveis por 46% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). A Abravei não tem estimativas de quantos veículos 100% elétricos circulam pelo DF. No Brasil inteiro, o número não passa de 500.

Legislação

Brasília é pioneira no incentivo às vagas para veículos elétricos. Na minuta de decreto que regulamenta o novo Código de Obras do DF (COE-DF), protocolada na Câmara Distrital em junho deste ano, há um trecho que diz: “para estacionamentos e garagens privados, com mais de 200 vagas, 0,5% delas devem ter ponto de recarga para automóveis elétricos e híbridos”.

Além de Brasília, alguns estados já estão elaborando políticas de incentivo, como é o caso de São Paulo. Lá, os carros elétricos e híbridos não entram no rodízio, por exemplo. Fora isso, há um decreto que concede desconto de 50% no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para esses carros.

Saiba mais

Carros híbridos: São carros econômicos e que poluem menos o ambiente, por causa de uma bateria que oferece força ao carro. O problema é que grande parte da energia elétrica do veículo híbrido usa a força da combustão da gasolina.

Carros híbridos plug-in: o motor do veículo é elétrico e pode ser recarregado em uma tomada convencional de casa. Eles só passam a gastar gasolina, quando a bateria do veículo acaba.

Totalmente elétricos: todo veículo movido por um motor elétrico em que as correntes são fornecidas por uma bateria recarregável ou por outros dispositivos portáteis de armazenamento de energia elétrica.

Curiosidades

» De acordo com a última atualização do levantamento realizado pela Agência Internacional de Energia AIE1, ao final de 2015, a frota mundial de veículos elétricos plug-in passava de 1,26 milhão de veículos em todo o mundo. Em estudo publicado pela Agência Internacional de Energias Renováveis AIER2, em

fevereiro deste ano, a estimativa é que esse número já tenha alcançado 2 milhões.

» Há 260 fabricantes de veículos elétricos espalhados pelo mundo.

» Em 1º de junho de 2016, ocorreu uma audiência pública no Senado Federal para discutir uma PLC que estabelece a obrigatoriedade de as distribuidoras instalarem pontos de recargas em vias públicas. Além disso, há mais dois projetos em tramitação: o PL 3.895/12, que aborda a atividade de revenda varejista de eletricidade para abastecimento do veículo. E o PLS 174/14, que suspende, por 10 anos, o Imposto de Importação (II) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na importação direta de partes e acessórios sem similar nacional destinados à fabricação de veículos elétricos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: União estuda negociar em bolsa petróleo recebido no regime de partilha do pré-sal

O governo avalia a possibilidade de usar a bolsa de valores B3 para a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) comercializar o petróleo da União obtido como pagamento pela exploração do petróleo do pré-sal no regime de partilha. Esse é um dos motivos que estão levando o governo a elaborar uma nova legislação, por medida provisória ou projeto de lei, que permita essa alternativa.

Esse seria um dos caminhos para transformar barril de petróleo em dinheiro para o caixa federal, problema que ainda não foi resolvido, apesar de o marco regulatório do pré-sal existir há cerca de sete anos.

Outro caminho que deverá estar disponível é a comercialização via preço de referência da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Segundo uma fonte, há ainda uma terceira possibilidade sendo considerada, e que poderá entrar na MP ou no projeto de lei, mas não foi detalhada.

A comercialização direta pela PPSA obedece a uma lógica de prazos mais curtos para a chamada "monetização" dos recursos obtidos nos leilões do pré-sal. Neste ano, eles começaram a ser pagos para a União, mas as regras são mal avaliadas pelo mercado e pelo Executivo, o que tem inviabilizado a transformação desse produto em dinheiro e, consequentemente, em receita efetiva para o governo.

Um dos problemas que o governo buscava resolver era o risco que o mercado via de a receita gerada ser contingenciada pela área econômica do governo, já

que existe na lei atual o conceito implícito de orçamento bruto, implicando possibilidade de atrasos, ou não pagamento, às empresas que comercializassem o produto em nome da PPSA. A estatal, contudo, não considera que exista risco de não pagamento às eventuais comercializadoras. Uma alternativa que estava sendo considerada era permitir que a PPSA fosse autorizada a repassar o valor líquido.

De qualquer forma, há um certo consenso no governo sobre a necessidade de revisão das regras para acelerar a transformação desse produto em receita, em especial porque a tendência é que a produção do pré-sal no regime de partilha aumente ao longo dos próximos anos. "É uma das piores leis que já vi", disse uma fonte.

Outra fonte argumenta que o regime de partilha em si não é o problema, mas a questão é a dificuldade na operação do modelo de pagamento em óleo, que precisava ser mais simples de ser operacionalizado.

O problema da lei mal confeccionada e outras questões operacionais do setor, como a prática do mercado de usar preço de referência nas suas vendas de petróleo a subsidiárias no exterior, e não preço de mercado, fazem com que o governo tenha que lidar com a situação de estar recebendo os barris em pagamento do campo de Libra, licitado em 2013, sem efetivamente transformar esses recursos em dinheiro. Um interlocutor diz que o último leilão de pré-sal foi bem-sucedido e reforça a necessidade de resolver o problema.

Na terça-feira, o **Valor** informou que só com a definição de novas regras via MP será possível, por exemplo, deduzir das receitas, custos e despesas como a remuneração do comercializador, o pagamento da comissão e custos com seguro, entre outras, conforme explicou o presidente da PPSA, Ibsen Flores Lima. A ideia é deixar claro na lei o que é receita de comercialização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Não se assustem com dados fiscais de outubro

A divulgação do resultado do Tesouro Nacional em outubro, que ocorrerá daqui a duas semanas, deve provocar um forte ruído no mercado. Em primeiro lugar, tudo indica que o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) registrou déficit primário no mês passado, enquanto em outubro de 2016 o resultado foi positivo em R\$ 40,8 bilhões.

O mais ruidoso, no entanto, será o déficit acumulado de janeiro a outubro, que poderá chegar a R\$ 120 bilhões, de acordo com projeção do próprio governo, enquanto ficou em R\$ 55,8 bilhões no mesmo período do ano passado.

Parece uma trajetória fiscal desastrosa, muito pior do que a do ano passado, mas nem sempre se deve confiar em números antes de submetê-los a uma análise cuidadosa. Há questões relacionadas com a receita e com a despesa da União que precisam ser consideradas, como observou, recentemente, a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

A trajetória é melhor do que se imaginava inicialmente

Em outubro de 2016, os cofres do Tesouro ficaram abarrotados com o ingresso de R\$ 46,8 bilhões por conta da chamada "repatriação" de ativos de brasileiros mantidos no exterior. Esta receita extra foi a principal razão para o forte superávit primário registrado naquele mês do ano passado, que reduziu o déficit acumulado de janeiro a outubro de 2016.

Quando divulgar os dados da arrecadação tributária do mês passado, o que ocorrerá na próxima semana, a Receita Federal mostrará uma forte queda real na comparação com o mesmo mês do ano passado. A razão será, justamente, a "repatriação" de recursos ocorrida em 2016.

Excluída essa receita extraordinária, no entanto, houve um forte aumento real da arrecadação no mês passado, entre 9% e 12%, na comparação com outubro de 2016, de acordo com dados preliminares do Siafi - o sistema eletrônico que registra todas as receitas e despesas do governo federal.

Do lado da despesa, é necessário considerar que o Tesouro reverteu a "pedalada" feita nos pagamentos de precatórios do INSS e dos servidores federais, durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff.

Os precatórios, que são dívidas que a Justiça manda o governo pagar, eram quitados em abril e junho e passaram a ser pagos em novembro e dezembro. Neste ano, o Tesouro voltou ao esquema anterior à "pedalada", passando a pagar os precatórios em maio e junho.

Assim, o déficit primário acumulado de janeiro a outubro deste ano inclui o pagamento dos precatórios no valor de R\$ 18,1 bilhões, o que não ocorreu no mesmo período do ano passado. Haverá também mudanças significativas no fluxo futuros das receitas e das despesas.

Em novembro e dezembro deste ano, ingressarão nos cofres do Tesouro os R\$ 12,1 bilhões do leilão das quatro usinas hidrelétricas que eram operadas pela Cemig e R\$ 10 bilhões dos leilões da 2ª e 3ª rodada do pré-sal e da 14ª rodada

de licitações de óleo e gás. Para dezembro, também está previsto o ingresso de R\$ 3 bilhões por conta da antecipação do pagamento de outorga fixa do aeroporto do Galeão.

Toda essa receita extra não teve correspondente em novembro e dezembro do ano passado. Assim, nos últimos dois meses de 2017 a receita da União será maior do que no mesmo período de 2016. Além disso, em novembro e dezembro do ano passado, o governo transferiu a parcela devida aos Estados e municípios na receita da "repatriação" de recursos, o que reduziu a arrecadação líquida da União naquele período.

A despesa em novembro e dezembro de 2016 foi aumentada pelo pagamento dos precatórios, o que não ocorrerá nos mesmos meses deste ano. É preciso observar ainda que o governo gastou R\$ 8,6 bilhões no fim do ano passado com o pagamento de passivos com organismos internacionais e com tarifas bancárias, entre outras despesas. Isto também não ocorrerá neste ano.

A piora do resultado acumulado de janeiro a outubro deste ano, na comparação com o mesmo período de 2016, deverá, portanto, ser revertida nos últimos meses deste ano. A secretária Ana Paula ainda projeta um déficit primário acumulado de janeiro a novembro maior do que no mesmo período do ano passado. Mas, no fim deste ano, ele terminará abaixo do registrado em 2016.

Na verdade, o resultado fiscal deste ano está em uma trajetória melhor do que o próprio governo imaginava em agosto, quando elevou a meta do déficit primário de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. Hoje, os ministros da área econômica deverão discutir um novo descontingenciamento das dotações orçamentárias. A expectativa é que a liberação fique entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Esse maior relaxamento está sendo permitido pela melhoria da arrecadação. A receita tributária está crescendo, em sintonia com a recuperação da atividade econômica. Ao mesmo tempo, a receita extraordinária está maior do que a previsão inicial. É muito provável que a arrecadação do Programa Especial de Recuperação Tributária (Pert), o novo Refis, chegue perto de R\$ 20 bilhões ao fim deste ano, bem superior aos R\$ 13 bilhões inicialmente previstos. Até o mês passado, já estava em R\$ 15 bilhões. Houve também surpresas positivas com as receitas de concessão.

Otimismo

O otimismo tomou conta da área econômica do governo. A nova projeção para o crescimento da economia neste ano está bem próxima a 1%. E tem gente importante que já acredita que 3% para 2018 é o piso. A expectativa é que as

eleições de 2018 serão realizadas em situação bastante favorável, com maior oferta de emprego e aumento da renda.

Há, no entanto, incertezas que poderão conturbar o cenário. Integrantes da equipe econômica admitem que o humor do mercado poderá azedar se o Congresso não aprovar a reforma da Previdência Social, mesmo que seja apenas a fixação da idade mínima com uma regra de transição. Caso a reforma não seja aprovada, ninguém arrisca traçar um cenário para a economia. Alguns acreditam que os investidores tenderão a apostar contra o Brasil.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata e Renato Rostás | De São Paulo

Título: Carro elétrico aumentará demanda por metais da AL

O aumento da produção de carros elétricos deve beneficiar a América Latina, com maior demanda por metais como cobre, níquel e lítio. Hoje, o Chile é o maior produtor de cobre do mundo e o segundo maior produtor de lítio - atrás apenas da Austrália. O Peru é o terceiro maior fornecedor mundial de cobre. O Brasil, por sua vez, tem pouca produção dos três metais, figurando entre o sexto e o sétimo maior produtor de níquel.

Relatório recente sobre commodities do banco Goldman Sachs e projeções da mineradora SQM sugerem que a produção de lítio terá de quadruplicar dentro de dez anos para atender à produção de baterias para carros elétricos. O Goldman Sachs aponta ainda o crescimento da demanda por metais como o níquel - utilizado junto ao lítio em algumas baterias - e o fato de que o circuito elétrico desses carros requer quantidades extras de cobre.

A perspectiva, diante do avanço de veículos elétricos no mercado, é que a demanda por níquel cresça entre 200 mil e 300 mil toneladas até 2025. Já o consumo de cobre no período deve aumentar entre 850 mil e 1,25 milhão de toneladas. Com a tendência de substituir o aço por alumínio nos carros elétricos, para torná-los mais leves, a perspectiva é de demanda adicional de 6 milhões de toneladas de alumínio até 2025.

Até lá, segundo previsão da SQM, a América Latina deve ultrapassar a Austrália na produção de lítio. A região, que hoje produz 104 mil toneladas por ano, deve atingir a marcar de 279 mil toneladas anuais, enquanto a produção australiana

deve chegar a 269 mil toneladas em 2025. Nesse período, a demanda mundial deve triplicar, para 600 mil toneladas.

O Departamento de Indústria, Inovação e Ciência da Austrália espera que, até 2019, a oferta de cobre e níquel cresça 1,1 milhão de toneladas. Para a corretora australiana ANZ Research, a maior parte da produção de níquel terá como destino a fabricação de baterias na próxima década. Até 2025, a demanda pode quintuplicar.

Jaime Alée, do Centro de Inovação do Lítio, da Universidade do Chile, estima que a produção chilena crescerá, mas terá papel reduzido na oferta global. "Se hoje produzimos 75 mil toneladas, 38% da produção mundial, em 2030 chegaremos a 180 mil toneladas, 18% do total mundial", diz. Segundo ele, a perda de protagonismo será causada pelo aumento da produção da Argentina e Austrália (veja gráfico ao lado).

A Argentina atualmente produz 29 mil toneladas de lítio por ano, mas deve extrair o dobro dentro de três anos, afirma Hernán Vera, da consultoria argentina HV Mining. O setor é uma das apostas do governo do presidente Mauricio Macri para atração de investimento estrangeiro direto (IED). A perspectiva é que em cinco anos os novos investimentos em projetos de lítio totalizem US\$ 1 bilhão.

As reservas da Argentina e do Chile estão no chamado Triângulo do Lítio, que concentra 60% das reservas mundiais, segundo o Serviço Geológico dos EUA (USGS). Diferentemente da Austrália, onde é retirado de rochas, no Chile e na Argentina o lítio é extraído das salmouras dos salares.

A Bolívia também possui lítio, mas não tem as reservas mapeadas, o que dificulta estimativas de produção, afirma o economista boliviano Juan Carlos Zuleta. O USGS estima que a Bolívia tenha 9 milhões de toneladas de lítio. A cifra, no entanto, diz respeito a recursos, e não reservas que possuem viabilidade econômica. Um caso semelhante é o da Argentina, que tem reservas comprovadas de 2 milhões de toneladas, mas recursos potenciais de 9 milhões de toneladas. O Chile, por sua vez, tem 7,5 milhões de toneladas em reservas de lítio.

Apesar de a Bolívia ter criado uma estatal para o lítio (a Yacimientos de Litio Boliviano, YLB) neste ano e ter exportado 25 toneladas do produto para a China no ano passado, o governo diz que as exportações de lítio renderão US\$ 1,5 bilhão por ano ao país. A produção ainda é incipiente, mas o governo planeja extrair 5 mil toneladas por ano até 2020 - o que representaria 2% da demanda mundial.

"O nível de IED na América Latina por causa do lítio começará a crescer em cinco anos, principalmente na Argentina e, depois, no Chile", diz Divya Reddy, analista de energia da consultoria Eurasia.

Sergio Guzmán, da consultoria Control Risks, afirma que o lítio tem potencial de revolucionar as economias da região, "se elas forem capazes de administrar os processos de extração, produção e comercialização". "A demanda crescerá nos próximos anos, e será necessário desenvolver políticas para atrair o investimento e aproveitar o boom. Do contrário, o lítio será só mais uma commodity da qual podem ficar dependentes."

Ainda não está totalmente claro quais matérias-primas de fato serão decisivas quando a frota de veículos elétricos crescer. "É uma tecnologia em evolução, e em questão de meses os componentes que melhor se encaixam podem mudar", afirma David Wong, diretor da consultoria A.T. Kearney. "Busca-se maior compactação, melhor retenção de carga e velocidade de descarga. O lítio, no entanto, tem sido uma constante na equação."

O mercado financeiro vem avaliando a futura demanda dos carros elétricos por metais. Estimativas de preço da corretora CLSA, de Hong Kong, mostram oportunidade de elevar o faturamento com a produção dos metais em ao menos 25% até o fim desta década. Haverá espaço para novos projetos, pois a perspectiva de longo prazo é que a demanda supere a produção.

Além de fornecer os metais, a América Latina precisará investir pesado em infraestrutura para os carros elétricos. Europa e EUA possuem bem mais postos de recarga do que o Brasil e outros países latino-americanos. "Essa não é uma realidade que se transforma da noite para o dia", afirma Wong.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: Venezuela reescala dívida de US\$ 3 bi com a Rússia e ganha fôlego

A Rússia e a Venezuela firmaram ontem um acordo de reestruturação da dívida. O documento permite que Caracas faça pagamentos "mínimos" a Moscou nos próximos seis anos, a fim de ajudar o país a cumprir suas obrigações com outros credores, informou o Ministério das Finanças da Rússia.

Pelo acordo, a Venezuela vai saldar, em até dez anos, um total de US\$ 3,15 bilhões devidos à Rússia, informou o ministério.

A S&P Global Ratings declarou a Venezuela em situação de calote seletivo na terça-feira, depois de o país não ter pago US\$ 200 milhões em juros referentes a seus bônus mundiais por vencer em 2019 e em 2024 dentro de um período de tolerância de 30 dias.

A Venezuela tem dívida externa de US\$ 150 bilhões, sendo US\$ 45 bilhões em títulos do governo e mais US\$ 45 bilhões em papéis da petrolífera estatal PDVSA, de acordo com o Instituto de Finanças Internacionais (IIF, nas iniciais em inglês), que assessora um grupo de detentores americanos e internacionais de títulos venezuelanos.

O acordo com a Rússia dá à Venezuela espaço para respirar, num momento em que o país enfrenta a tarefa, muito mais complicada, de reestruturar parte de sua imensa dívida em bônus e em empréstimos externos. Para a Rússia, o pacto chama a atenção para os custos decorrentes das ambições geopolíticas do presidente Vladimir Putin. A falta de pagamento da Venezuela já deixou um rombo de US\$ 900 milhões no orçamento russo de 2017. Enquanto a China reduziu a sua exposição à Venezuela, a Rússia manteve o apoio ao aliado, fator que preocupa em alguns círculos em Washington.

O acordo de reescalonamento é uma "demonstração do desejo de manter laços com a atual liderança venezuelana", disse Viktor Kheifets, especialista em Venezuela da Universidade Estatal de São Petersburgo. "A Rússia não está satisfeita com tudo o que o governo de lá está fazendo, mas a Venezuela é um aliado no qual a Rússia tem interesses econômicos, e Moscou é firmemente contra uma mudança de regime imposta à força ao país."

O Ministério das Finanças russo disse ontem que a reestruturação deverá liberar mais recursos para que a Venezuela desenvolva sua economia e que "vai melhorar a capacidade de pagamento [do país], elevando as chances de todos os credores terem seus empréstimos quitados". A declaração do ministério não fez menção à dívida da PDVSA com a Rosneft, estimada pela petroleira russa em US\$ 6 bilhões em agosto. A Rosneft não quis comentar a questão.

Autoridades venezuelanas disseram que o acordo lhes permitirá aumentar as importações da Rússia, inclusive de trigo. A reestruturação não engloba os US\$ 6 bilhões que a PDVSA deve à Rosneft. O ministro de Economia e Finanças da Venezuela, Simon Zerpa, disse em Moscou que o acordo envolve apenas os dois governos.

"A Venezuela está avançando em direção a uma recomposição de sua dívida externa, em favor de sua população", disse Zerpa, o principal assessor econômico de Maduro, em postagem no Twitter, ao elogiar o acordo com a Rússia.

A Venezuela tomou bilhões de dólares em empréstimos da Rússia e da China ao longo dos anos, primordialmente por meio de acordos de troca de petróleo por empréstimos que comprometeram a receita do país em moeda forte ao exigir o uso de remessas para pagar os juros desses empréstimos.

A Venezuela não solicitou nenhuma ajuda da Rússia que extrapolasse o acordo de reestruturação da dívida, disse ontem o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov. Ou seja, o acordo não deve envolver novos empréstimos russos a Caracas.

A Câmara de Auditoria da Rússia disse em junho que a Venezuela não tinha cumprido suas obrigações previstas no protocolo intergovernamental de setembro de 2016. Esse acordo foi uma emenda ao empréstimo russo, concedido em dezembro de 2011.

Esta é a segunda vez que a Rússia reescala os pagamentos da dívida venezuelana, após aceitar uma prorrogação no ano passado. Caracas, porém, deixou de fazer pagamentos em meio à crise econômica desencadeada pelos baixos preços do petróleo, seu principal produto de exportação. A Rosneft também forneceu vários bilhões de dólares em pagamentos antecipados por petróleo venezuelano.

As dívidas da Venezuela com a Rússia são regulamentadas pelo Clube de Paris, um grupo de países credores que processa empréstimos em nome de governos. Isso as coloca em outra categoria em relação aos bônus que o país latino-americano tenta renegociar com credores privados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Troca no petróleo de Angola

O presidente de Angola, João Lourenço, demitiu a mulher mais rica da África, Isabel dos Santos, do comando da estatal de petróleo do país, Sonangol, numa jogada ousada para tirar poder da família do antigo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, informou o "Financial Times". Isabel comandava a empresa há menos de 18 meses e será substituída pelo secretário de Estado para o Petróleo, Carlos Saturnino.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Dívida elevada é ainda o principal entrave da Cemig**

O endividamento elevado continua sendo o principal obstáculo enfrentado pela Cemig. Ao final de setembro, a estatal ainda tinha R\$ 3,58 bilhões em dívidas vencendo em 2017, e uma posição de caixa total disponível de R\$ 1,28 bilhão. No total, a dívida consolidada da estatal chegou a R\$ 14,05 bilhões no fim do terceiro trimestre, 7,4% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2016. Dessa dívida total, 66% vence até 2019. São R\$ 3,9 bilhões vencendo em 2018 e outros R\$ 1,85 bilhão em 2019.

A companhia vem informando que está negociando o reperfilamento da dívida com os principais credores para obter um alongamento de prazos, mas não deu nenhum sinal concreto até então. Em comunicado na semana passada, a estatal disse que estava próxima de chegar a um reperfilamento no valor de R\$ 4 bilhões, com prazo de cinco anos e até um ano e meio de carência. Isso ajudaria a tirar a pressão da companhia, ao menos no curto prazo.

A dívida líquida teve uma queda menos acentuada no período, saindo de R\$ 13,13 bilhões em dezembro do ano passado para R\$ 12,7 bilhões em setembro.

Na Cemig Distribuição (Cemig D), a dívida líquida teve leve alta de 0,11%, para R\$ 6,2 bilhões. Já a Cemig Geração e Distribuição (Cemig GT) teve baixa de 13,01% no total, para R\$ 7,5 bilhões.

Nas notas explicativas, a companhia destacou que o volume substancial da sua dívida pode afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das suas operações, por estar sujeita a algumas restrições na capacidade de levantar recursos de terceiros.

Outra ameaça que paira sobre a estatal no curto prazo é a opção de venda exercida contra a Cemig pelos bancos sócios no controle da Light (Santander, Votorantim e Banco do Brasil), cujo saldo somava R\$ 1,242 bilhão ao fim de setembro, ante R\$ 1,149 bilhão no fim de 2016.

A opção de venda, que já foi postergada em maio de 2016, vence no fim deste mês. A Cemig havia informado que pretendia utilizar os recursos dessa venda para pagar as obrigações, mas o **Valor** apurou que as duas ofertas recebidas não foram consideradas atrativas, e não há chances de que o negócio seja concluído antes do vencimento da opção. A alternativa é utilizar os recursos da futura venda do excedente do controle da Taesa, que tem potencial para levantar

cerca de R\$ 1,2 bilhão, e também o aumento de capital de até R\$ 1 bilhão que foi aprovado pelos acionistas em uma assembleia geral extraordinária (AGE) no fim de outubro.

No terceiro trimestre, a Cemig teve prejuízo líquido de R\$ 83,8 milhões, ante lucro de R\$ 433,4 milhões um ano atrás. O Ebitda recuou 91,6% no mesmo período: de R\$ 1,19 bilhão para R\$ 100,5 milhões. A empresa apurou perda líquida com equivalência patrimonial em R\$ 80,8 milhões, ante ganho no mesmo período de 2016. Segundo informou, a adesão ao Plano de Regularização de Créditos Tributários do Estado de Minas Gerais, de R\$ 588 milhões, impactou o resultado negativamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner, Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Eletrobras vai cortar mais investimentos

Para se desalavancar financeiramente, a Eletrobras espera conseguir a venda de ativos de transmissão, geração eólica e participações em grandes hidrelétricas. A holding tem uma alta alavancagem financeira, de 4,1 vezes a relação dívida líquida sobre o Ebitda. Sua meta é reduzir essa relação para menos de 3 vezes no fim de 2018. A companhia contava com isso para atingir a meta deste ano, de 4 vezes, contudo só alcançará o objetivo com corte de custos, que inclui desligamento de pessoal e uma grande redução dos investimentos, que já recuaram de R\$ 8,5 bilhões, no ano passado, para R\$ 3,7 bilhões até setembro. A expectativa é encerrar o ano com aportes de pouco mais de R\$ 5 bilhões.

A Eletrobras espera obter expressivo corte do número de funcionários para atingir a meta de baixar os custos. O Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE) teve a adesão de 2.108 empregados, o que permitirá economizar R\$ 877 milhões ao ano. Outro plano de demissões, que prevê adesão de 2.500 funcionários, no Rio, Brasília, Recife e Florianópolis, será lançado em dezembro e encerrado em agosto de 2018.

O plano da empresa é obter R\$ 4,6 bilhões com a venda de ativos. A estratégia vai além da privatização das seis distribuidoras federalizadas, prevista para ocorrer em abril de 2018. O programa inclui a venda de participações em sociedades de propósito específico (SPEs) que controlam eólicas e linhas de transmissão, cuja modelagem de venda deve ser aprovada pelo conselho de administração da estatal em 24 de novembro; e o exercício de "tag along" (direito de venda pelo mesmo preço obtido pelo controlador) em grandes hidrelétricas como Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e Teles Pires, se os sócios majoritários decidirem vender suas respectivas participações.

Das 178 SPEs da empresa, 77 devem ser vendidas. Das 101 restantes, a Eletrobras ficará com 48. No caso das outras 53 SPEs, 15 serão incorporadas, já que a estatal se tornou majoritária porque o sócio privado deixou de investir, o que não era objetivo inicial. As demais 38 empresas serão dissolvidas

A Eletrobras prevê ainda a transferência de concessões cujas obras ainda não foram iniciadas e que já tenham cronograma previsto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A transferência desses projetos não traz dinheiro para o caixa, mas, por outro lado, livra a empresa de novos compromissos de investimentos. É o mesmo caso das distribuidoras que serão vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil cada uma. A estatal não terá mais a obrigação de honrar com despesas decorrentes da operação dessas empresas, que são deficitárias e que já não têm concessão

Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da Eletrobras, Armando Casado, a estatal continuará operando as seis distribuidoras no Norte e Nordeste - Boa Vista Energia (RR), Ceron (RO), Eletroacre (AC), Ceal (AL), Cepisa (PI) e Amazonas Distribuidora de Energia (AM) - como prestadora de serviço, de janeiro até abril.

De acordo com o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., o "data room" das distribuidoras deve ser aberto ainda em novembro. Ele disse haver interesse de investidores pelas companhias. Na hipótese de alguma distribuidora não receber ofertas no leilão em abril, o executivo disse que existe um procedimento no qual a Aneel poderá intervir na empresa, em processo semelhante ao ocorrido com as distribuidoras do antigo Grupo Rede.

Em outro movimento que vai aumentar a capacidade de geração de energia, a Eletrobras prevê concluir no primeiro trimestre de 2018 as obras da hidrelétrica de São Manoel, e no fim do próximo ano as obras da hidrelétrica de Sinop. Até dezembro deste ano a empresa vai colocar em operação o primeiro linha de transmissão que escoará energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para o Sudeste.

Ferreira Jr. acredita que a empresa irá pagar dividendos sobre os resultados de 2017. No acumulado dos primeiros nove meses, o lucro líquido da empresa soma R\$ 2,2 bilhões, sendo R\$ 550 milhões no terceiro trimestre.

A receita líquida das participações societárias foi de R\$ 262 milhões no terceiro trimestre, com queda de 86% em relação a igual período do ano passado. O presidente da Eletrobras explicou que a queda foi motivada pelos efeitos do GSF (sigla em inglês para fator de ajuste de garantia física) e sobrecontratação de distribuidoras. O executivo destacou ainda que os custos com pessoal, material,

serviços e outros no terceiro trimestre recuou 12%, ante igual período de 2016, para R\$ 2,7 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Luciano Máximo | De Houston (Texas)

Título: Rockwell já vê retomada de alguns setores no Brasil

Após períodos de baixo crescimento no Brasil e na América Latina, a multinacional americana Rockwell Automation, maior provedora mundial de automação industrial, projeta retomada nos próximos anos, com expansão principalmente dos negócios nos setores de óleo e gás, mineração, alimentos e bebidas. O presidente global, Blake Moret, disse que, diferentemente do ano fiscal encerrado no fim de setembro, quando as vendas da Rockwell na região subiram apenas 2,6%, sustentadas pelo México, há oportunidade de crescimento em todos os países latino-americanos.

"Estamos animados com as atividades de óleo e gás e mineração no Brasil. No Chile e Peru também, principalmente porque o preço do cobre está bom. Alimentos e bebidas é um segmento industrial que continuará bem no em todos os países da região", afirma Moret.

O presidente para América Latina, Alejandro Capparelli, disse que a recessão atrapalhou os planos anteriores de crescimento da Rockwell no Brasil, levando a empresa a fechar uma fábrica em São Paulo, concentrando suas operações industriais em Jundiaí (SP).

"Os indicadores macroeconômicos do Brasil mostram evolução para 2018. Isso nos beneficia, já sentimos um mercado mais movimentado. As empresas buscam se tornar mais competitivas para melhorar seus resultados, podemos ajudar nossos clientes com isso. Nosso crescimento no Brasil será de um dígito e integralmente orgânico", afirma Capparelli, destacando forte interesse da empresa no aumento da exploração de lítio no país e na América Latina. "Essa matéria-prima vai crescer muito, está em todo o celular."

Em óleo e gás, onde a companhia tem negócios com a Petrobras e muitos de seus fornecedores, a Lava-Jato foi "obstáculo importante", admite o executivo. Agora, diz ele, a empresa quer ampliar o relacionamento com a estatal e empresas da cadeia do setor, contribuindo com o fornecimento de soluções tecnológicas. Uma delas foi apresentada na feira em Houston por Gavin Rennick, presidente de software e soluções integradas da Schlumberger, uma das maiores prestadoras de serviços às petrolíferas no mundo. Parceira da

Rockwell, a Schlumberger criou o "ecossistema tecnológico" para automatizar exploração e extração de óleo e gás, o "drill planning".

Outro tema recorrente na feira de inovação promovida pela Rockwell é o futuro do mundo do trabalho. Pesquisa apresentada no evento pelo Manpower Group aponta que até 2025 os EUA fecharão 2 milhões de vagas no segmento industrial. Ao mesmo tempo, o estudo mostra que 75% dos empregadores consultados acreditam que nos próximos dois anos novas habilidades profissionais serão fundamentais para a indústria se manter competitiva.

"Atividades, em geral, muito repetitivas e que exigem pouca habilidade devem desaparecer. Esse tipo de trabalho deixará de existir, mas, por outro lado, as empresas terão que continuar se modernizando para se manter competitivas e crescer, abrir fábricas no exterior. Isso vai gerar oportunidades para a criação de novos empregos, por isso as empresas e os trabalhadores precisam estar engajados em projetos de aprendizagem ao longo de toda a vida", avalia Blake Moret.

Repórter viajou a convite da Rockwell

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Silvia Rosa | Para o Valor, de Nova York

Título: Petrobras avança em acordo com governo

A revisão do acordo entre a Petrobras e governo federal em relação à cessão onerosa do pré-sal deve sair "idealmente" até o fim deste ano, disse ontem Pedro Parente, presidente da estatal, em evento realizado em Nova York. Essas negociações vão definir se a companhia é, afinal, credora ou devedora da União.

A intenção inicial, segundo o executivo da estatal, era de contratar uma consultoria internacional para avaliar o valor que empresa tem - ou não tem - a receber do excedente aos 5 bilhões de barris de óleo equivalente. O governo desenhou sete possíveis cenários e, em cinco deles, a Petrobras teria direito a receber.

O assunto da cessão onerosa chegou a ser discutido com o secretário-executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, no evento, organizado pelo Bradesco BBI. "Existe a visão das duas partes de quanto antes essa questão for concluída, melhor", disse.

Parente também destacou, sobre potenciais vendas de refinarias, que a companhia está revisando o modelo, mas não considera alienar totalmente os

ativos. O que estatal pretende é buscar sócios para essa área. "Queremos encontrar parceiros que nos ajudem a consolidar a política de preços [de combustíveis]", disse.

A empresa segue em tratativas com a China National Petroleum Company (CNPC) sobre a possibilidade de parceria para concluir as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), afirmou o executivo. Ele informou que deve se encontrar com o presidente da empresa chinesa para discutir o assunto, já que a participação a ser vendida e como essa sociedade será formada ainda precisam ser definidos.

Incluída no plano de desinvestimentos, a Oil&Gas, da Nigéria, deve divulgar o chamado "teaser" - anúncio de fase de oportunidade - em breve, acrescentou Parente. O programa de venda de ativos da estatal prevê obter US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: De São Paulo

Título: Queda do petróleo pressiona Wall Street

O recuo dos preços do petróleo ontem pesou sobre os mercados acionários globais. As cotações da commodity caíram como reflexo do aumento inesperado nos estoques americanos, de acordo com dados do Departamento de Energia dos EUA.

Os contratos do WTI para dezembro fecharam em baixa de 0,7%, a US\$ 55,33 o barril, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex), enquanto o Brent para janeiro recuou 0,6%, para US\$ 61,84 o barril, na ICE, em Londres. Com a baixa de ontem, ambos os referenciais acumulam perdas de quase 3% na semana.

Os estoques de petróleo subiram em 1,854 milhão de barris na semana passada. A alta contrariou a expectativa do mercado de queda de 1,4 milhão de barris.

Nas bolsas de Nova York, o setor de energia liderou as perdas, com uma baixa de 1,19%. Após ajustes, o Dow Jones fechou em queda de 0,59%, a 23.271,28 pontos. O S&P 500 recuou 0,55%, a 2.564,62 pontos, e o Nasdaq cedeu 0,47%, a 6.706,20 pontos.

Na Europa, o setor de energia do índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em queda de mais de 1,3%, pressionado pelo petróleo. O setor de matérias-primas também esteve entre os piores, prejudicado pelas quedas nos preços dos metais.

O Stoxx 600 fechou em baixa de 0,40%, a 382,32 pontos. O DAX, de Frankfurt, fechou em baixa de 0,44%, a 12.976,37 pontos. O FTSE 100, de Londres, recuou 0,56%, a 7.372,61 pontos. O CAC 40, de Paris, caiu 0,27%, a 5.301,25 pontos.

O índice de preços ao consumidor (CPI) dos EUA em outubro, que era o dado mais aguardado da semana, veio em linha com o esperado e não teve um impacto significativo nos mercados acionários. O CPI subiu 0,1% na margem e 2% na base anual, de acordo com o Departamento do Trabalho, mostrando uma inflação persistentemente fraca.

Como a leitura da inflação ficou dentro do previsto, os rendimentos dos títulos do Tesouro americano apresentaram recuo, um indicativo de demanda mais forte pelos papéis. O yield da T-note de 10 anos terminou em queda a 2,335%, ante 2,381% do fechamento de terça-feira. Os juros do T-bond de 30 anos ficaram em 2,792% frente a 2,839%. Os retornos das T-bills de 2 anos subiram para 1,692% contra 1,688% na mesma base de comparação.

No câmbio, o dólar também reagiu pouco diante dos dados de inflação nos EUA. No fechamento das bolsas de Nova York, o ICE Dollar Index, que acompanha a variação da moeda americana em relação a uma cesta de seis divisas, tinha alta de 0,01% a 93,73. O euro recuava 0,05% a US\$ 1,1790. A libra subia 0,03% a US\$ 1,3169. O dólar perdia 0,55% ante a moeda japonesa a 112,84 ienes. **(Com agências internacionais)**

MME / ASCOM .